



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1824709 - RS (2019/0194313-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : SACAGI PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO DORFMANN ARANOVICH - RS006163
SAMUEL FIRMINO BALLESTER - RS077032
EMBARGADO : COPROFAR COMERCIO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA
ADVOGADO : DAIANE GOMES PALMA - RS075361
EMBARGADO : GANG COMERCIO DO VESTUARIO LTDA
ADVOGADOS : NICOLA STRELIAEV CENTENO - RS051115
MARCUS VINICIUS COELHO SILVA KRUEL - RS062020

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL. ACOLHIMENTO PARCIAL.

1. Ação de consignação em pagamento.
2. A existência de erro material na decisão embargada conduz ao acolhimento da pretensão.
3. Embargos de declaração no recurso especial acolhidos para sanar omissão, sem efeitos infringentes.

DECISÃO

Cuidam-se de embargos de declaração opostos por SACAGI PARTICIPACOES LTDA contra decisão monocrática que conheceu de seu recurso especial e, naquela extensão, deu-lhe parcial provimento.

Em suas razões recursais, a embargante aponta a ocorrência de omissão do julgado sobre qual o proveito econômico incide os 10% arbitrado, base de cálculo da sucumbência.

É O BREVE RELATÓRIO.

A decisão embargada foi clara ao conhecer do recurso especial e, naquela extensão, dar-lhe parcial provimento com base nos seguintes fundamentos: a) ausência de demonstração de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e b) aplicação da Súmula 568/STJ no que concerne ao entendimento jurisprudencial consolidado no STJ de que na hipótese em que não haja condenação, os honorários sucumbenciais deverão ser fixados segundo o disposto no art. 85, § 2º, do CPC/2015, qual seja, em 10% sobre o valor do

proveito econômico.

Salienta-se que a insurgência nos presentes declaratórios se resume à alegação de que a decisão ora embargada é omissa, pois não determinou qual seria o proveito econômico a se incidir os 10%.

De fato, a decisão embargada contém omissão quanto à definição do proveito econômico na espécie.

Assim, os presentes embargos de declaração comportam acolhimento tão somente para sanar a omissão apontada e determinar que, no tópico onde se lê:

"Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, "a" do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, para fixar os honorários de sucumbência em favor de SACAGI PARTICIPACOES LTDA em 10% sobre o valor do proveito econômico."

Leia-se:

"Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, "a" do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, para fixar os honorários de sucumbência em favor de SACAGI PARTICIPACOES LTDA em 10% sobre o valor do proveito econômico, que, na espécie, é o valor do depósito dos aluguéis consignados em conta judicial."

Advirto as partes de que a futura interposição de recursos ou medidas protelatórias ensejará a aplicação de multa.

Forte em tais razões, ACOLHO os embargos de declaração no recurso especial para sanar a omissão apontada, nos termos da fundamentação acima.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora